

## ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - 1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - MONTES CLAROS/MG

Ref.: Pregão Eletrônico nº 043/2020

Processo nº 59510.001684/2020-10

Assunto: IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL.

**CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.844.555/0001-82, com sua sede estabelecida na Rua Senador Milton Campos, 175, Vila da Serra, Nova Lima/MG, por seu representante legal devidamente identificado, vem, com fulcro no §2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, e demais legislações correlatas, apresentar, tempestivamente, **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital em referência, nos exatos termos das razões expostas adiante:

### 1 – DA TEMPESTIVIDADE

**1.1.** A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura agendada para o dia 10 de dezembro de 2020. Assim, conforme disposto em edital, as impugnações poderão ocorrer até dois dias úteis antes da data fixada de abertura da Sessão Pública.

*“5.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, nos termos do art. 24 do Decreto 10.024/2019.”*

**1.2.** Logo, considerando o prazo estabelecido, bem como, a data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada tempestiva.

### 2 – DOS FATOS

**2.1.** Inicialmente, a presente Impugnação faz-se necessária em face do vício contido no Instrumento Convocatório como se observa do trecho transcrito logo abaixo, uma vez que restringirá o número de participantes e trará insegurança a esse ente público em razão da previsão de **prazo exíguo** de entrega dos veículos. Referido vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a própria viabilidade do certame, qual seja:

*“10.1. O prazo para vigência do contrato será de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, sendo 120 (cento e vinte) dias consecutivos o prazo de execução do*

*objeto deste Termo de Referência, acrescido de até 15 (quinze) dias para recebimento provisório e definitivo e 30 (trinta) dias para pagamento.” [g.n]*

**2.2.** Deste modo, verifica-se que o Edital ora impugnado contém vício, razão pela qual urge necessário e imprescindível a alteração do mesmo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 5.450/05, para fins de majorar o referido prazo e impedir que licitantes desistam de participar, e assim, causar prejuízo à administração.

### **3 – DOS FUNDAMENTOS**

**3.1.** De acordo com o item acima mencionada, o prazo para entrega de todos os equipamentos previstos no certame é de apenas **120 (cento e vinte) dias**.

**3.2.** Não obstante, o prazo estabelecido para entrega das unidades não pode prosperar, visto que é INSUFICIENTE e IRRAZOÁVEL, além de limitar a competitividade e frustrar o próprio escopo do processo licitatório, processo intimamente relacionado ao **planejamento dos gastos públicos** e ao **controle de contas**, não restando dúvidas que o ato de convocação consigna cláusula manifestamente comprometedora.

**3.3.** Aliás, o edital possui o mesmo prazo de entrega que é extremamente **DES PROPORCIONAL**, pois o tempo de produção apenas dos veículos em questão, ultrapassam - e muito - o período descrito no certame, tendo em vista que tais itens possuem GRANDE COMPLEXIDADE em sua fabricação e um curto prazo para sua entrega pode afetar toda a cadeia produtiva.

**3.4.** Nesse sentido, o prazo razoável, que compreenderia a participação de diversas empresas seria de, **no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias**, evitando, assim, a limitação da competição, e reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta de **custo equânime ao ofertado pelo mercado**.

**3.5.** Ademais, é de grande importância que a Administração Pública, no exercício de suas atividades, pautar-se em um planejamento, de forma a não submeter o licitante vencedor a súbitas necessidades, colocando-o em eterno estado de prontidão para atender as demandas em prazo demasiado exíguo como o de 120 (cento e vinte) dias previsto no certame ora impugnado.

**3.6.** Além do mais, como se não bastasse os pontos alegados acima, a questão também fere o princípio da motivação, pois a restrição de empresas interessadas em participar do certame, deve ser obrigatoriamente motivada, isto é, especialmente com a apresentação de pesquisas de mercado justificando os parâmetros e a viabilidade para se adotar um prazo de entrega tão curto. Sobre tal ponto, assevera Celso Antônio Bandeira de Mello:

*“6º Princípio da motivação:*

*17. Dito princípio implica a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que se deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo.” (in curso de Direito Administrativo ,29º ed., pág. 115)”*

**3.7.** Assim, o prazo indicado por esse ilustríssimo órgão, deve ser dilatado para, **no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias**, a fim de garantir a possibilidade de atendimento e evitar que a futura contratada incorra em penalidades.

**3.8.** Destacamos, ainda, que ao estabelecer um **prazo exíguo** como de 120 (cento e vinte) dias, poderá gerar uma interpretação equivocada de que houve um direcionamento aos fornecedores/fabricantes direto do equipamento, em razão de conter materiais a pronta entrega. Contudo, isso nem sempre é uma realidade, pois alguns equipamentos são fabricados no momento do pedido, o que mais uma vez demonstra cabalmente a necessidade de um prazo adequado para entrega, de forma que a empresa licitante possa cumprir com os **requisitos de qualidade e eficiência para atender o órgão em suas necessidades**.

**3.9.** Sendo assim, salientamos que o intuito é de atender da melhor forma a Administração, e lhe ofertar veículos propícios para suas consecuições, solicitando um maior prazo se atentando esta Administração aos princípios da razoabilidade/proporcionalidade e o princípio da finalidade, evitando, inclusive, nulidades insanáveis que poderão surgir na hipótese dessa administração acabar concedendo maior prazo **apenas** ao licitante vencedor – prejudicando aqueles que preferiram não participar por entender que o prazo era, de fato, inexecutável.

**3.10.** Entretanto, inobstante reconhecido esmero de todos os servidores desse órgão licitante, é evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de muitos concorrentes com proposta vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, positivado no Art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, descrito abaixo:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os **princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.”*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*l - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.”*

**3.11.** Nesse sentido, é importante a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“No §1º, inciso I, do mesmo artigo 3º, está implícito outro princípio da licitação, que é o da competitividade decorrente do princípio da isonomia: é vedado aos agentes públicos 'admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”

**3.12.** Complementando o entendimento acima, temos o seguinte precedente:

“Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. **A PREVISÃO EM EDITAL LICITATÓRIO DE PRAZO EXÍGUO PARA ENTREGA DE PRODUTOS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, PREJUDICA O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME, CONTRARIANDO O ART. 3º, § 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.666/93**, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante. (Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2015-TP. Julgado em 24/02/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 13/03/2015. Processo nº 17.880- 2/2014).”

**3.13.** A flexibilização no prazo para entrega dos equipamentos viabiliza a participação de várias empresas que possuem condição de fornecer o objeto descrito no certame com ela ou melhor qualidade e preços mais acessíveis para a Administração, mas que necessitam de um prazo maior para entregar os veículos. Aliás, conforme ensina Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 28ª edc., Malheiros, p. 264), “o descumprimento dos princípios descaracteriza o instituto da licitação e, principalmente, o resultado seletivo na busca da melhor proposta para o poder público”.

**3.14.** Dessa forma, o edital deve estabelecer um prazo razoável para a entrega dos veículos licitados de forma que sejam respeitados os princípios supramencionados

até porque não há como manter a referida exigência e buscar a proposta mais vantajosa ao mesmo tempo, é algo impossível de se cumprir em sua totalidade, ficando clarividente o tamanho absurdo dessa exigência.

**3.15.** Diante de todo exposto, o provimento da presente impugnação é medida que se faz necessária, para que esse órgão licitante efetue a dilação de prazo para, **no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias**, para a entrega dos veículos, com o propósito de que a aquisição seja satisfatória, e bem-sucedida, conquistando veículos de qualidade, bem como alcançar a proposta mais vantajosa, além de possibilitar a participação de mais empresas, no intuito, de não beneficiar apoucadas licitantes que possuem em estoque os veículos que serão adquiridos.

#### **4 – DO PEDIDO**

##### **4.1.** Diante o exposto, requer:

Seja acolhida esta IMPUGNAÇÃO, julgando-a **PROCEDENTE** para o efeito de alterar O PRAZO DE ENTREGA DOS VEÍCULOS para, **no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias**, sendo este o prazo necessário para que as empresas licitantes consigam entregar os veículos e trazer os benefícios almejados para a Administração.

Nestes termos, pede deferimento.

Nova Lima, 3 de dezembro de 2020.

---

**CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.**

Thaina Martins de Freitas

Consultora Comercial